

v

Fazenda Palma: características de uma comunidade leta no interior paulista

Vladimir Benincasa

Professor Doutor, UNESP, Brasil
vladimir.benincasa@unesp.br

Mateus Rosada

Professor Doutor, UFMG, Brasil
mateusrosada@ufmg.br

Maria Angela Pereira de Castro e Silva Bortolucci

Professora Doutora, USP, Brasil
mariacsb@sc.usp

Kelly Cristina Magalhães

Professora Doutora, UNESP, Brasil
kelly.magalhaes@unesp.com

V

Resumo

Aborda a arquitetura e o cotidiano da fazenda Palma, constituída a partir de 1923 por imigrantes letos no distrito de Varpa, Tupã (SP). Destaca a importância do padrão de trabalho e vida baseado na ajuda mútua, com base no cristianismo primitivo, difundido pela Igreja Batista, para a conformação geral da estrutura existente, algo diverso do meio rural paulista de então, dominado pela lavoura cafeeira e pela religião católica. As edificações eram coletivas, edificadas, total ou parcialmente, em madeira. Após um período de decadência, o que restou de edificações, documentação e bens móveis, está sendo recuperado e aberto à visitação e consultas, como parte do roteiro turístico tupãense. Com o objetivo de documentar e analisar sua arquitetura e modo de vida, realiza levantamentos fotográficos e métricos de edificações remanescentes, entrevistas com pessoas vinculadas ao lugar, consultas à documentação primária e à literatura correlata, destacando os autores Milia Tupes, Osvaldo Ronis e Henrique Manoel da Silva.

PALAVRAS-CHAVE: Fazenda Palma. Arquitetura de madeira. Imigração leta.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo objetiva analisar as características da implantação e da arquitetura das edificações da fazenda Palma, ou Corporação Evangélica Palma, a partir das motivações que levaram seus construtores, um grupo de batistas letos, que emigrou para o interior de São Paulo na década de 1920, e se fixou em território do atual município de Tupã, adotando um modo de vida comunitário, muito diferente da estrutura agrária cafeeira local à época. Vale-se da pesquisa histórica em documentos, jornais e livros sobre a comunidade, entrevistas e levantamentos métricos e fotográficos realizados nos anos de 2005 e 2008

1.1 Migrações letas ao Brasil

A história dos países bálticos revela longos períodos de dominação sueca, alemã, polonesa ou russa, o que não os impediu de criarem identidades culturais próprias. Nesse artigo, interessa o caso dos letos, que originou interessante capítulo da imigração europeia ao Brasil e, em particular, a São Paulo. Vivendo em moldes feudais até meados do século XIX, a Letônia passou por intenso processo de urbanização e industrialização, na virada do século XX, graças ao alto grau de escolarização e nível cultural alcançado nas últimas décadas dos oitocentos. Ao mesmo tempo, guardavam ainda intimidade com a vida rural, o que teve forte influência no processo de adaptação do imigrante leto no interior paulista (Silva, 2002, p.42). Nesse momento, na Letônia, crescia o movimento interno pela emancipação política da Rússia e pela libertação do jugo econômico dos muitos proprietários de terra alemães. Tal movimento era insuflado, também, pelo crescimento de igrejas congregacionais, como a batista, que faziam “uma interpretação libertária do Antigo e do Novo Testamento” que tiveram especial aceitação nos “setores descontentes da população, que viam nelas o florescer dos ideais emancipacionistas e de liberdade” (Silva, 2002, p.43).

Em 1918, após várias manifestações contra alemães e russos, a Letônia torna-se um país republicano independente¹. Logo, porém, esta condição seria ameaçada pelas investidas da

¹ A Letônia tornou-se um estado independente do território russo, ao final da I Grande Guerra, e em meio às instabilidades da implantação da União Soviética. Poucos anos depois, em 1934, um golpe de estado transformou a recente democracia leta num estado autoritário. Em 17 de junho de 1940, o país foi invadido pela União Soviética,

v

recém constituída União Soviética: Letônia, Estônia e Lituânia formavam uma problemática barreira de acesso dos soviéticos ao Báltico e, conseqüentemente, ao Atlântico. A autonomia, recém conquistada, agora sofria a ameaça de uma invasão socialista. Entre os batistas, principalmente, aflora o ideal de uma emigração coletiva, para um novo país, onde houvesse terra suficiente para todos e liberdade de práticas religiosas, como salienta Ronis (1974, p.106):

As opressões político-religiosas e as condições sócio-econômicas precárias que na Letônia não permitiam ao cidadão adquirir um pouco de terra para lavar e com o produto do seu trabalho prosperar honestamente, foram motivos fundamentais que deram origem aos primeiros movimentos emigratórios dos batistas letos para o Brasil.

O Brasil, que já recebera imigrantes letos na década de 1890, surgia como boa alternativa. Tupes (2007) e Ronis (1974) enfatizam que o caráter religioso, que ajudara no processo de independência leta, foi o principal fator do segundo processo migratório em direção ao Brasil, visto como “terra prometida” para muitos e saída para o “perigo e a escuridão”, que viriam do Oriente, segundo palavras bíblicas. Silva (2002, p.44) contesta o caráter eminentemente messiânico da migração: sem dúvida, o movimento de arrasamento de templos e perseguição às religiões na União Soviética eram motivo de preocupação, mas havia também descontentamentos políticos e econômicos no período pós-1ª Guerra. Tupes (2007, p.31) concorda com essas condições e acrescenta a dificuldade na obtenção de terras pelos antigos servos letos, mesmo já tendo ocorrida a reforma agrária. “Nessas condições, a busca da terra prometida deixara de ser apenas um delírio coletivo para se tornar uma alternativa realista de segurança e de uma nova oportunidade de vida” (Silva, 2002, p.44).

Os primeiros imigrantes letos vindos para o Brasil na década de 1890, haviam estabelecido colônias em Santa Catarina, Rio Grande do Sul e em São Paulo (Ronis, 1974, p.185), e foram estes primeiros imigrantes que ajudaram a viabilizar o segundo fluxo migratório na década de 1920, dessa vez rumo às terras do Oeste paulista, onde foram fundadas as colônias de Letônia, Esperança, Campinho e Varpa, onde se situa a fazenda Palma.

Numa operação planejada, onze navios saíram dos portos de Hamburgo (Alemanha), Southampton (Inglaterra) e Cherbourg (França), entre novembro de 1922 e junho de 1923, trazendo cerca de 2500 pessoas, entre famílias constituídas, solteiros, viúvos e famílias esfaceladas pela guerra. O grupo, ao contrário de outros emigrantes para o Brasil, era constituído em sua maioria por profissionais liberais, muitos com formação universitária (A cooperativa..., 1949, p.10-11). O objetivo era constituir, em novo local, uma forma de viver condizente com os preceitos da religião batista, na qual fosse possível, também, progredir com o trabalho. A propaganda na Letônia mostrava o Brasil como um país sem guerras, de terras férteis, natureza exuberante, com liberdade de culto e de expressão: quase o paraíso perdido bíblico.

Os trâmites para a viagem começaram bem antes, com a formação de um fundo comum entre os que fariam a travessia atlântica. Segundo D. Hilda Augstroze (2008)², os mais

sendo anexado ao seu território; somente a 21 de agosto de 1991, a Letônia ressurgiria como uma nação independente.

² Dona Hilda Anita Anastasija Viks Augstroze, nascida em 23 de julho de 1913, chegou a Palma junto com seus pais, em 1922, aos 9 anos de idade. Ao conceder a entrevista, em 12 de abril de 2008, contava com 95 anos e havia voltado

v

ricos venderam propriedades e financiaram os custos daqueles que não possuíam recursos. O fundo foi usado, basicamente, para o custeio das passagens e para a compra de uma gleba de terras que seria subdividida em lotes e distribuída de maneira equânime. O trabalho e a produção posterior cobririam os gastos extras, e se entendia que a ajuda mútua seria essencial para o sucesso da empreitada, principalmente nos primeiros anos (A cooperativa..., 1949, p.10-11).

Os que já moravam no Brasil ficaram incumbidos de achar uma área grande o suficiente para abrigar a todos. No caso de Varpa, se decidiu por uma gleba à margem direita do médio vale do Rio do Peixe, com aproximadamente 2.000 alqueires (Vassilieff, 1975, p. 1005), que, mesmo distante de centros urbanos e de ferrovias e somente acessível por precárias estradas em meio à selva, o que fatalmente os exporiam a uma série de dificuldades, possuía um preço acessível e terras ainda virgens (Augstroze, 2008).

Após a travessia do Atlântico, o grupo seguiu até São Paulo, e dali, pela Estrada de Ferro Sorocabana, chegou à estação de Sapezal, próxima a qual havia sido comprado um terreno que serviu como abrigo temporário antes da última jornada por cerca de 30 km de trilhas precárias, feitos a pé, até o destino final.

De início, foram tomadas algumas decisões, como a escolha do pastor Andrejs Klavin, como administrador geral, a criação de grupos para a produção de alimentos e implantação do acampamento, derrubada de matas e plantio, além da criação de caminhos. Aos poucos, estabeleceram-se grupos de transporte, saúde, instrução, produção de artefatos, relações públicas, entre outros (Ronis, 1974, p.233). Não foi um início fácil, muitos morreram durante a caminhada final, vítimas de doenças tropicais, mas o grupo sobrevivente conseguiu construir uma comunidade de bastante sucesso, ao menos nas primeiras décadas. Aqui, nos deteremos a algumas questões do cotidiano dessa comunidade já estabelecida e atuante, bastante peculiares no cenário paulista cafeeiro, que determinaram suas características tanto espaciais quanto arquitetônicas.

Primeiro trataremos da divisão espacial da gleba, baseados em informações obtidas por referencial bibliográfico e entrevistas feitas no local com a última sobrevivente do grupo inicial, Dona Hilda Augstroze, e com um de seus filhos, João Augstroze, no ano de 2008; a seguir, trataremos das características das edificações e sua manufatura, usando os mesmos referenciais, além de levantamento métrico e fotográfico feito no local, em duas ocasiões, em 2005 e 2008.

1.2 A divisão dos lotes e o surgimento dos dois núcleos: Varpa e Fazenda Palma

De início, os imigrantes foram divididos em dois grupos: os que formavam famílias coesas e aqueles outros solteiros ou de famílias constituídas por viúvas com filhos. Aos primeiros, foram destinados lotes de tamanhos variáveis, de acordo com o propósito que teriam no núcleo colonial de Varpa, em divisão feita por agrimensores letos vindos entre os imigrantes. Quanto à distribuição, optou-se por dar àqueles que haviam contribuído para o pagamento das primeiras parcelas do terreno, a primazia no direito de escolha. Os lotes restantes foram

a morar junto com a família de seu filho, em Palma. Ela foi a última sobrevivente daqueles pioneiros letos, tendo falecido em 17 de julho de 2013.

v

sorteados entre as demais famílias. O centro da colônia era ocupado por uma praça circular, em cuja frente:

(...) ficariam as casas comerciais e nos fundos estender-se-iam essas pequenas propriedades. Um pouco mais afastados do centro, eram repartidos lotes de um alqueire, seriam as chácaras, e mais adiante ainda, de dez alqueires, nos quais se estabeleceriam as pequenas propriedades (Tupes, 2007, p.59).

Quanto ao segundo grupo, de “pessoas que não possuíam condições de formar seus próprios sítios na mata virgem – eram moços e moças solteiros, muitos já em idade avançada, casais sem filhos e outros” (Ronis, 1974, p.267), se decidiu que deveria ser subdividido em quatro corporações distintas, com cerca de 50 pessoas, que sairiam em busca de trabalho para angariar fundos. Logo, porém, se percebeu que essa medida enfraqueceria o grupo como um todo, pulverizando a intenção inicial de formar uma comunidade leta de forte base evangélica batista. Surgiu então a ideia de uma coletividade, reunindo-os em única gleba, inspirada no comunismo cristão primitivo. A notícia agradou à maioria, porém não foi unânime. Havia o receio de que desse grupo surgisse uma nova seita de caráter radical. Essas questões foram levadas a uma assembleia geral, em 1924, quando ainda se demarcavam os lotes de Varpa. Depois de muita discussão de base teológica, se decidiu que:

A referida comunidade não é uma cooperativa secular e nem tampouco é uma nova seita, mas uma união ou corporação fraterna e beneficente que serve a seu tempo e para seus fins específicos (Ronis, 1974, p.269).

Assim, foram separados 300 alqueires que originaram uma fazenda coletiva, Palma, ou *Corporação Evangélica de Palma*, com cerca de 300 pessoas (Augstroze, 2008). Para administrá-la, foi eleito o mesmo pastor Andrejs Klavin, e uma diretoria de sete membros. Segundo Silva (2002, p.172) e Mulatinho (1982, p.161), a forma administrativa adotada se baseava na organização das igrejas batistas, cujos corpos diaconais assessoravam os pastores das igrejas. Mulatinho (1982, p.79) explicita um pouco mais essa forma de organização baseada no comunismo cristão primitivo:

Palma se nos apresenta como um microcosmo “comunista”, enquistado, circunstancialmente, numa economia de mercado capitalista. Internamente, segundo os próprios estatutos, todos produziram “segundo as suas habilidades e possibilidades e usufruíam segundo as suas necessidades”, dentro dos limites estabelecidos em comum acordo. Este dispositivo estatutário é uma aproximação muito evidente do postulado socialista adotado por Marx para a sua sociedade sem classes. Entretanto, nenhum documento e nenhuma observação nos autorizam a dizer que tal apropriação tenha sido fruto de uma “consciência marxista” dos membros da comunidade. Evidências várias nos apontam, outrossim, que a organização coletivista de Palma tem como modelo a comunidade bíblica neo-testamentária de Jerusalém, descrita no livro de Atos.

De grande ajuda para o começo de Palma foi o capital advindo dos grupos que haviam se empregado em fazendas de café, principalmente na do Dr. Carlos José de Arruda Botelho, em Dourado, SP. O Dr. Arruda Botelho havia sido intermediário na vinda dos colonos letos ao Brasil,

v

daí o seu apoio, nesse momento de instalação no Oeste paulista. As pessoas contratadas para trabalhar na fazenda de Dourado, por três anos, enviavam boa parte do salário para Palma e, quando decidem regressar, em meados da década de 1930, recebem do fazendeiro algumas vacas, além de burros e carroças. Ronis (1974, p.270) menciona que, chegando a Palma, encontram boa parte da estrutura da fazenda já pronta:

Os rendimentos do trabalho do grupo da fazenda de Dourado eram enviados a Palma, onde mais de duas centenas de pessoas achavam-se fixadas, trabalhando febrilmente nas derrubadas das matas, plantação de cereais, algodão, cana-de-açúcar, mandioca; na formação de pastos, de pomares e hortas; na montagem de moinho, serraria e outros setores industriais; na preparação de instalações para criação de gado, porcos e aves; na construção de mais casas de moradia para a comunidade, escola, depósitos, oficinas, garagens, curtume, saunas, etc.

Enfim, seja em Palma, seja em Dourado, o objetivo comum de todos sobrepôs-se às individualidades, o que resultou na efetivação da vila rural coletiva desejada. Esse ideal comum é citado na matéria do jornal o Estado de São Paulo, de 1949, que destaca que Palma “não é de ninguém e é de todos. Seus habitantes são os proprietários de toda a fazenda e ao mesmo tempo, nada possuem de próprio”. Em outro trecho do artigo, destaca-se que:

Aliás, referindo-se a Varpa ou à Fazenda das Palmas, os moradores da região afirmam que os letões são pobres. Isso porque não há, por exemplo, em Varpa, uma ostentação de luxo impróprio a uma comunidade do interior. A riqueza está compreendida aqui no sentido mais amplo, isto é, distribuição dos lucros, e como já observamos, elevação geral de nível de vida. É nesse sentido que se emprega a palavra riqueza” (A cooperativa..., 1949, p.10-11).

2 TRABALHO E ORGANIZAÇÃO NA FAZENDA PALMA

Em Palma, toda a divisão de serviços esteve baseada na formação de grupos de trabalho, montados de acordo com interesses pessoais e qualificação para tal, além de serem consideradas questões como sexo e idade, embora houvesse mulheres desempenhando tarefas consideradas pesadas, como abertura de estradas, por exemplo. Daí o caráter, como veremos a seguir, das várias edificações de uso coletivo, não existindo edificações “privadas”, fossem residenciais, de trabalho, serviços ou lazer.

Várias atividades eram desenvolvidas e, às vezes, uma mesma pessoa atuava em mais de uma delas. Com tal divisão, se almejava otimizar tempo e rendimento, melhorando as condições necessárias de sobrevivência ao grupo, o que de fato ocorreu em poucos anos, alcançando-se grande progresso já ao final da década de 1920 (Silva, 2002, p.177). Os tempos áureos de Varpa, e por conseguinte, de Palma, estenderam-se até meados da década de 1950, quando houve crescimento constante de produção e rendimentos. A partir daí, o envelhecimento da população e o abandono da colônia por parte dos mais novos, levou a um período de estagnação, seguido por um lento e gradual declínio (Colônia..., 1956, p.77).

As muitas atividades diárias relativas aos serviços em agricultura, pecuária, indústria, além dos serviços (educação, saúde, religião, administração e gráfica) mostram a complexidade e a sintonia bastante equânime de interesses atingidos em Palma, muito por conta dos ideais

v

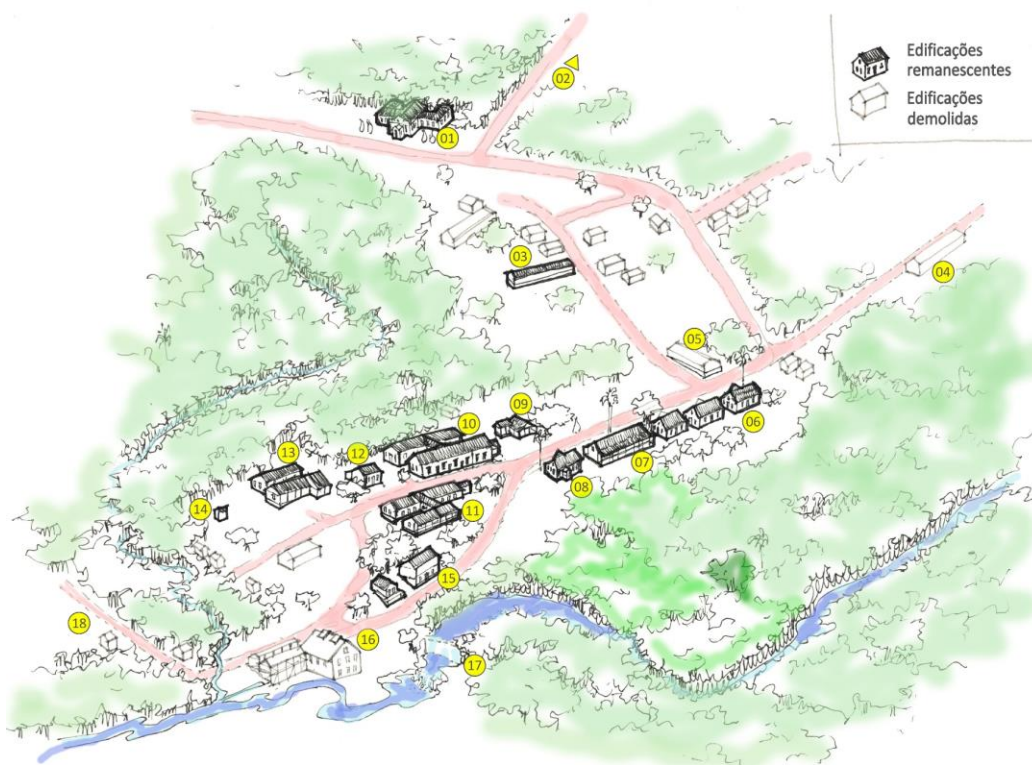
religiosos, sem os quais, tal forma de corporação teria sucumbido. A vida coletiva, em Varpa e na Fazenda Palma, foi destacada em vários artigos de jornais, como no da Folha da Noite, intitulado “Um núcleo socialista no estado de São Paulo”, de 18 de novembro de 1931, que trata do “collectivismo” praticado por seus habitantes. Apesar da estranheza que suscitava, o jornal apontava resultados positivos, finalizando o artigo com o seguinte parágrafo:

Dahi se conclue que a bela colônia, formada por pessoas pertencentes a uma raça quase desconhecida, serve de exemplo a elementos de raças mais progressistas que emigram para o Brasil. Varpa realiza verdadeiro milagre de harmonia colectiva. Quem sabe se serve de exemplo até mesmo a brasileiros... (Um núcleo..., 1931, p. 1-2)

3 CARACTERÍSTICAS DA IMPLANTAÇÃO E DA ARQUITETURA DE PALMA

Figura 1. Implantação do núcleo central de Palma.

Legenda: 01. Templo Batista; 02. Estábulo; 03. Granjas e pocilga; 04. Escola; 05. Ferraria e selaria; 06. Alojamentos Familiares; 07. Alojamento para Solteiros; 08. Tipografia, biblioteca, consultório dentário e administração; 09. Padaria; 10. Cozinha e refeitório; 11. Alojamentos construídos na década de 1970; 12. Enfermaria; 13. Lavanderia e sauna coletiva; 14. Latrina Coletiva; 15. Oficinas; 16. Serraria; 17. Represa; 18. Engenhos de Açúcar e Mandioca.



Fonte: Mateus Rosada, 2020.

A instalação da sede da Corporação Evangélica Palma (figura 1) deu-se numa elevação situada entre o ribeirão Picação das Araras e um pequeno riacho, seu afluente. No espigão entre os vales, criou-se o eixo norteador da disposição das principais edificações, no sentido sudoeste-nordeste, agrupadas em: habitações; tipografia, administração, biblioteca, gabinete dentário, correio; tecelagem; oficinas diversas; cozinha e refeitório; refeitório dos enfermos e enfermaria; padaria e açougue; lavanderia e sauna.

v

Desse caminho principal, deriva outro eixo, em direção à cachoeira do Picadão das Araras, onde foram instalados: paiol, com seus moinhos; ferraria; serraria e marcenaria. Seguindo esse eixo secundário, cruzando-se o riacho em direção à colina seguinte, segundo informações obtidas na fazenda, ficavam o engenho de açúcar e a fábrica de mandioca, onde eram feitas a farinha e o polvilho.

Na direção oposta ao eixo principal, o caminho se bifurcava: um eixo galgava a colina, no sentido norte; outro no sentido nordeste. O primeiro levava a Varpa, e tinha a seu redor as unidades de criação de animais, e um pouco mais acima, o templo batista; o segundo eixo levava à escola. Ao longo de todos esses caminhos e ao redor das edificações, através dos relatos de Dona Hilda e do Sr. João, e também em fotos antigas, constata-se a existência de pequenos depósitos, almoxarifados e latrinas coletivas que davam suporte às atividades diárias.

Com exceção do templo batista, em alvenaria de tijolos, as demais edificações foram construídas integralmente em estrutura e vedação de madeira, guardando semelhanças com a arquitetura das granjas bálticas.

Toda a madeira para a execução das edificações e do mobiliário, foi extraída das matas da fazenda e aparelhada no grande galpão de três pisos, que existiu à beira da cachoeira do ribeirão Picadão das Araras. Nesse galpão, além da serraria, funcionaram carpintaria e marcenaria, moinho de milho, debulhadora e tritadora de milho, máquinas de beneficiamento de arroz, cujo maquinário era movido por roda d'água. Ali também foi instalada, posteriormente, a turbina da pequena usina hidrelétrica da fazenda. A água vinha de uma represa, existente ao lado desse galpão, logo acima da cachoeira, feita com estrutura de vigas de madeira, vedada por tábuas. Infelizmente, tanto a barragem quanto a edificação da serraria não existem mais, restando apenas poucos registros fotográficos.

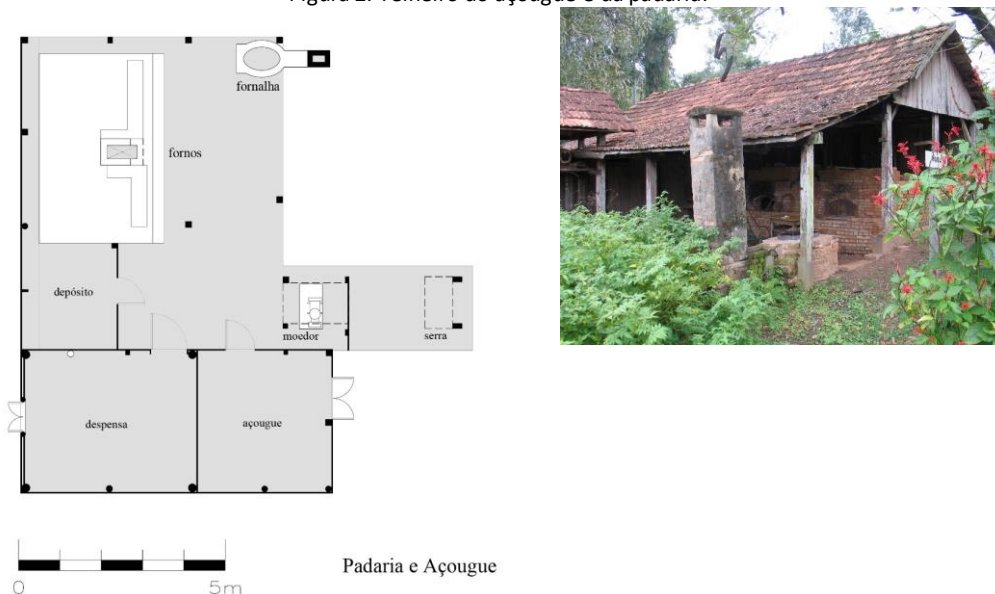
Logo acima da cachoeira, ainda resta a edificação que serviu de serralheria, ou ferraria, como chamam na fazenda, onde havia uma forja, para o manuseio de metais.

O modo de vida coletivo e que, ao mesmo tempo, buscava a autonomia do grupo, levou à confecção de um sem número de objetos e equipamentos destinados a suprir as diversas necessidades diárias. Quase tudo era feito na serraria, marcenaria, carpintaria ou na ferraria. Ali, por exemplo, além de se preparar a madeira e as ferragens (molas, dobradiças, fechaduras, maçanetas, ferraduras, pregos, cravos, etc.), para as edificações e animais, fazia-se também o mobiliário, como armários, cadeiras, prateleiras, ferramentas, utensílios domésticos e, até veículos, como carroças, além de consertos em implementos agrícolas e ferramentas.

Outro item produzido pelos letos foram os tijolos, apenas para uso local, nunca para comercialização. Os tijolos foram utilizados na edificação do templo, como se verá mais à frente, e também em alguns equipamentos como forjas, fornos e fogões, por exemplo.

V

Figura 2. Telheiro do açougue e da padaria.



Fonte: Desenho de M. Rosada (2008) e fotos de V. Benincasa (2005 e 2008, respectivamente).

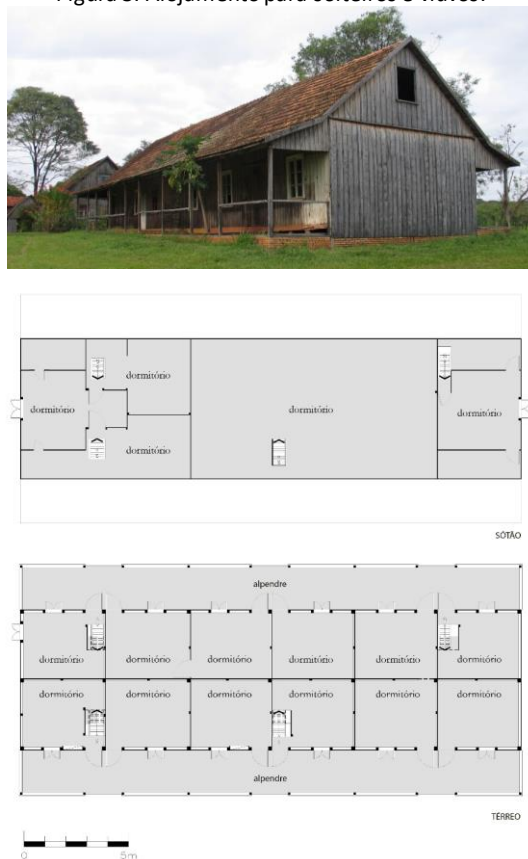
Pontos centrais da fazenda foram a cozinha e o refeitório coletivos, que serviam também como espaço de reuniões e festejos. A princípio, a cozinha era composta por um galpão parcialmente aberto, todo feito em madeira; porém, na década de 1950, essa primitiva cozinha foi desmanchada dando lugar a atual, construída em alvenaria de tijolos, ligada ao antigo refeitório, e outra edificação que conta, inclusive, com duas câmaras frigoríficas, que funcionavam com motor elétrico, para guarda de carnes, laticínios, etc. As refeições eram servidas neste refeitório, em várias mesas coletivas (Augstroze, 2008).

Na padaria (figura 2), ainda resiste o grande forno de duas bocas, de tijolos, coberto por um telheiro. Ao lado, no antigo açougue, ainda restam alguns equipamentos, como a serra e o moedor de carne; além da fornalha. Aos fundos desse pequeno espaço, aparecem dois compartimentos fechados, que serviram como despensa e depósito de mantimentos e de utensílios. Essa edificação, segundo D. Hilda, ainda é a original.

A saúde também foi contemplada. Palma contava com uma enfermaria e um gabinete dentário completos. A assistência médica mais completa havia em Varpa, que chegou a contar com um hospital próprio com médicos e enfermeiros da própria comunidade que, ou já vieram com essa formação da Letônia, como a Dra. Margo Anderson, ou formaram-se em São Paulo ou Rio de Janeiro (A cooperativa..., 1949, p.11; Augstroze, 2008). Em Palma, havia ainda serviços de relojoaria, estúdio fotográfico e sapataria, onde se confeccionavam e consertavam os calçados dos moradores.

V

Figura 3. Alojamento para solteiros e viúvos.



Fonte: Fotos de V. Benincasa (2008) e desenho de M. Rosada (2008).

Uma das oficinas, ainda existente com praticamente todos os seus equipamentos originais, embora desativada, é a tipografia (figura 4), na qual foram editadas revistas em letão, como a *Miera vests* (ou *Novas de paz*, entre 1924 e 1930, de caráter religioso), *Jaunais lihđumneeks* (*O novo lavrador*, com temas variados); *Kristigs draugs* (*O amigo cristão*, com conteúdo religioso)³; *Bernu draugs* (*O amigo das crianças*, com poesias e histórias de caráter religioso). Além dessas, havia a revista *Drujiskoi slovo* (*Palavra do amigo*)⁴, em russo, e, em português, o livro para crianças *Boa semente*. Essa pequena tipografia teve um papel fundamental para a manutenção da comunicação entre as várias comunidades letas espalhadas pelo mundo.

³ Essa foi a principal revista editada em Palma, e teve circulação internacional: foi enviada para 15 países das Américas, Europa, Oceania e Ásia. Até o a década de 1960, ainda era editada na tipografia, depois passou a ser editada em São Paulo.

⁴ Teve conteúdo semelhante ao *Kristig draugs*, e circulava praticamente nos mesmos países, entre as décadas de 1930 e 1940.

V

Figura 4. Tipografia, biblioteca, gabinete dentário e administração: edificação à direita



Fonte: V. Benincasa (2008).

Em geral, quanto ao aspecto físico, as edificações de Palma guardam semelhanças com a arquitetura tradicional rural da Letônia: planta retangular; telhado bastante inclinado, devido à ocorrência de neve no inverno, em duas águas, coberto por taubilhas de madeira ou turfa, e com cumeeira paralela a linha da fachada; beirais quase sempre guarnecidos de lambrequins; e a peculiaridade da entrada social protegida por um pequeno alpendre, também em duas águas, porém com cumeeira perpendicular à fachada, e saliente em relação ao corpo principal.

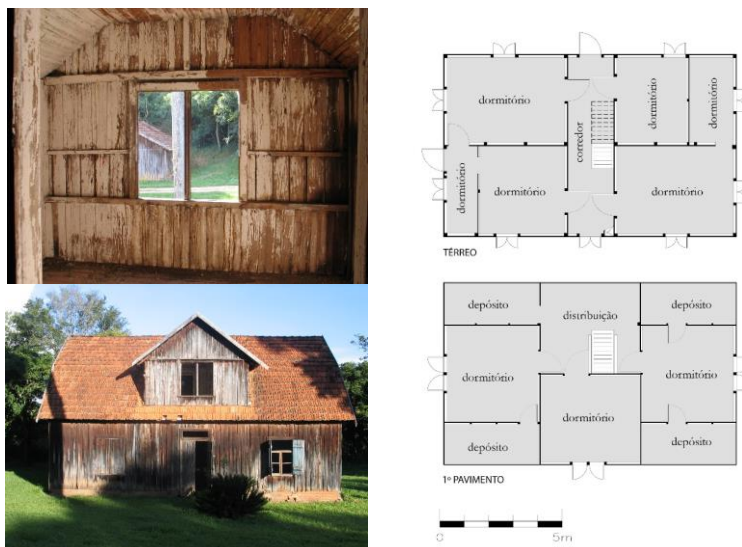
Seguindo essa tradição báltica, como características principais das edificações de Palma, podem ser citadas: a grande inclinação das águas dos telhados e sua cobertura com taubilhas⁵ (posteriormente substituídas por telhas francesas, pelas dificuldades de obtenção de madeira adequada e ausência de profissionais tecnicamente capacitados); a utilização do sótão, com abertura de águas furtadas para a ventilação e iluminação; o piso elevado do solo, apoiado sobre toras de aroeira (no perímetro externo das edificações, o vão entre o solo e o piso da edificação era fechado por tábuas de madeira, evitando a entrada de animais; atualmente, o fechamento desse vão tem sido feito com tijolo, por ser mais perene e de fácil obtenção).

As portas possuem o giro das folhas para o lado externo, garantindo, com isso, um ganho interno de área útil; já as janelas, possuem folhas cegas com giro externo, e folhas envidraçadas com pinázios, subdividindo-as, com giro interno.

⁵ Essas taubilhas eram feitas com aparas de madeiras locais aparelhadas usadas nas edificações, como cedro, peroba, ipê, aroeira, jacarandá, entre outras.

V

Figura 5. Tipologia coletiva de alojamento familiar.



Fonte: Fotos de V. Benincasa (2008) e desenho de M. Rosada (2008).

O sistema construtivo foi o da gaiola de madeira, executada previamente, com esteios, pilares, madres, frechais, além de toda estrutura de telhado. Posteriormente, essa gaiola recebia a vedação de tábuas de madeira nas divisórias verticais, formando os tabiques, assim como no piso e no forro. As divisórias externas recebiam ainda um mata-junta, para maior proteção. Em alguns cômodos, a gaiola recebeu, além da vedação afixada na face externa da estrutura, uma segunda na face interna, resultando num colchão de ar, o que garantia maior conforto térmico em seu interior (Benincasa et al, 2008).

Quanto à divisão das residências, é preciso considerar o modo de vida adotado na fazenda Palma. Não só o trabalho era coletivo, mas toda a convivência. As moradias, por exemplo, eram compostas apenas de dormitórios, nelas não havia cozinhas, lavanderia, salas ou banheiros. E esses dormitórios poderiam ser ocupados por grupos de uma mesma família ou não. Não foi incomum o rearranjo dos ocupantes de cada um dos dormitórios, por causas variadas, como falecimentos, nascimentos, casamentos, ou mesmo a mudança de integrantes para outras cidades. Nada era muito estável ou fixo, como o mobiliário era praticamente todo coletivo, esses rearranjos e mudanças acabavam não ocasionando grandes transtornos.

Em todas as edificações também podem ser encontradas pequenas prateleiras ou armários de madeira embutidos em suas estruturas, para acomodação dos poucos objetos particulares e peças de vestuário, o que aumentava o conforto e praticidade dos cômodos.

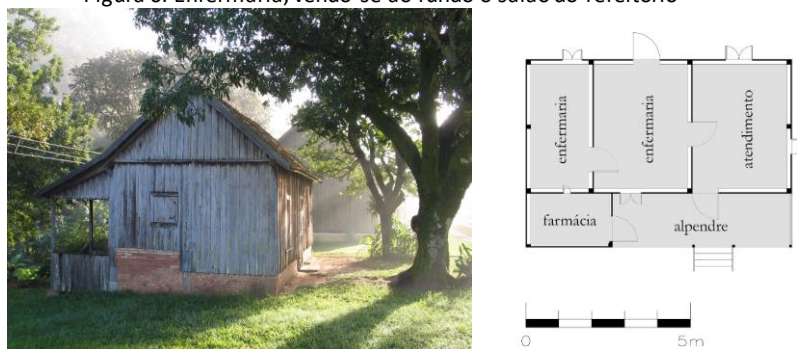
Dado o caráter da vida coletiva, os alimentos eram processados na cozinha comunitária e servidos no refeitório em anexo, espaço que comportava também as comemorações, reuniões e assembleias do grupo.

Já para os que estavam com algum tipo de doença contagiosa, havia a enfermaria (figura 6), onde eram acomodados e alimentados, evitando o risco de contágios, que prejudicaria a coletividade. Por essa razão, a enfermaria situava-se afastada, atrás do refeitório principal.

V

Quanto às latrinas, eram pequenas edificações externas, também em madeira, de uso comum, divididas em femininas e masculinas. Eram compostas de um pequeno cômodo, dotado de uma vala sobre a qual se colocava um assento com várias aberturas, situado sobre uma fossa comum, que de tempos em tempos era limpa e os excrementos usados como adubo. Havia várias espalhadas pelo conjunto, das quais restou apenas uma, masculina, junto à antiga sauna.

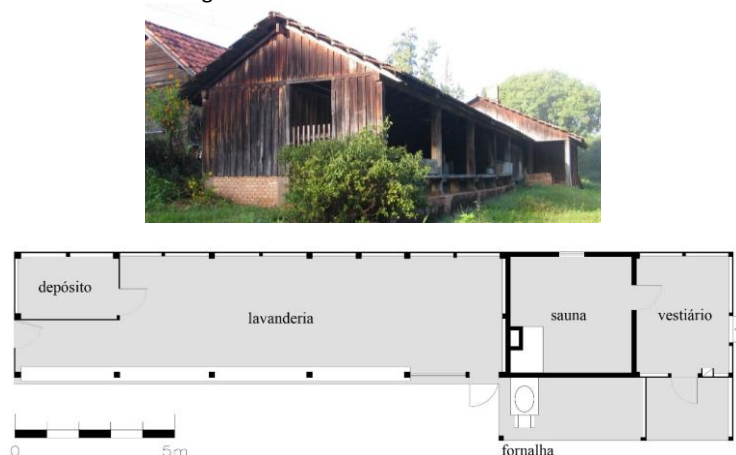
Figura 6. Enfermaria, vendo-se ao fundo o salão do refeitório



Fonte: Foto de V. Benincasa (2008) e desenho de M. Rosada (2008).

Da mesma forma, não havia necessidade de existir lavanderias individuais, uma vez que existia a coletiva, onde trabalhava o grupo das lavadeiras (figura 7). E, junto à lavanderia, aproveitando o encanamento de água, ficava um dos principais serviços da comunidade: a sauna, uma tradição dos povos do extremo norte europeu, espaço não só de higiene e saúde pessoal, mas também de socialização entre os usuários, funcionando em geral uma vez por semana.

Figura 7. Lavanderia coletiva e sauna.



Fonte: Desenho de M. Rosada (2008) e foto de V. Benincasa (2008).

A sauna, embora desativada, conserva boa parte dos seus equipamentos e pertences. O edifício é quase todo em madeira, exceto pelo cômodo da sauna propriamente dita, feito em alvenaria de tijolos (figura 7). É composta pelo alpendre, onde se encontra a fornalha e o estoque de lenha; por um vestiário com vários cabides fixados na estrutura de madeira; e pela sauna úmida. O funcionamento era simples: a fornalha externa aquecia a água, formando o

v

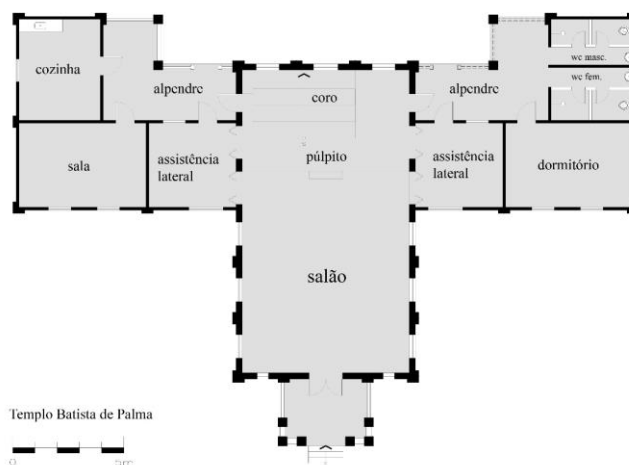
vapor, liberado por canos no interior da sauna. Em seu interior havia também uma ducha fria, para banho de contraste. A sauna era usada principalmente pelos homens, havendo, no entanto, horários de funcionamento masculino e feminino. Entretanto, D. Hilda conta ter existido outra, só feminina, hoje desaparecida (Augstroze, 2008).

A única edificação do conjunto original construída totalmente em alvenaria de tijolos foi o templo (figura 8), talvez por sua importância simbólica para o grupo: resulta por isso, distinta das demais, com sua planta movimentada, simétrica, em estilo *art déco*.

Um pequeno alpendre frontal dá acesso direto ao salão das cerimônias, que por sua vez é subdividido entre assistência, púlpito e, ao fundo, um tablado de madeira para o coro. Esse corpo central, aos fundos, possui duas alas laterais, ambas com duas pequenas salas que ampliam o espaço para a assistência, e alpendres aos fundos. Numa das alas há uma copa-cozinha e uma sala de para reuniões e atendimentos, espécie de escritório do templo. Na ala oposta, ficam os dois banheiros (masculino e feminino) e um dormitório.

Era nesse edifício que se oficiavam os vários sacramentos cristãos, se davam as aulas de religião, de canto e de música. Sua importância e significado são percebidos, tanto pela arquitetura quanto pela implantação, num dos pontos mais elevados do conjunto arquitetônico de Palma, logo à entrada da comunidade.

Figura 8. Templo batista de Palma.



Fonte: Foto de V. Benincasa (2008) e desenho de M. Rosada (2008).

4 O RESSURGIMENTO POSSÍVEL

Após o declínio ocasionado pela saída dos descendentes em busca de novas formas de vida e pelo envelhecimento daqueles pioneiros, houve um período de declínio das atividades da Corporação Evangélica Palma. A solução foi, em 1964, entregar a propriedade à Junta Executiva

v

da Convenção Batista Brasileira, que a repassou, em 1971, à Junta de Educação Religiosa e Publicações (JUERP), da mesma Convenção. Foram feitos acordos, definindo que, aos habitantes que decidissem ficar na propriedade, seriam reservados oito alqueires de terra, entre outros privilégios. A Junta seria responsável também pela boa manutenção das instalações existentes em Palma. Lamentavelmente, talvez por inexperiência em administração rural, boa parte desse acervo foi se perdendo, sem uso e sem manutenção, por quase 40 anos.

No início do século XXI, João Augstroze Jr., descendente dos pioneiros, readquiriu a propriedade e, junto a familiares, começou a recuperar o conjunto arquitetônico, por entender que a manutenção da história e do legado da comunidade era algo importante. E assim o fez, até seu falecimento em 14 de março de 2015. Desde então, a Corporação Evangélica Palma é presidida por sua esposa.

Obras de consolidação das edificações estão sendo executadas, bem como a readequação da área produtiva, optando-se por extinguir as atividades pouco lucrativas, como a parte de laticínios e criação de animais. Priorizou-se a produção de mel de abelhas e o cultivo da cana-de-açúcar. Outra atividade explorada, atualmente, é o turismo: a fazenda, foi aberta tanto à visitação diária, como também recebe hóspedes e convenções, nos novos alojamentos construídos durante o período de administração da JUERP.

Os atrativos principais, ademais da típica arquitetura, distinta em sua morfologia e usos daquelas existentes no interior paulista de então, e singular história dos pioneiros, são as trilhas nas matas e as cascatas do ribeirão Picadão das Araras. A fazenda conta também com vasto acervo documental e iconográfico, além de objetos e equipamentos originais.

Para os descendentes e, também para a cidade de Tupã (SP), o conjunto é parte da memória coletiva regional, de sua identidade. Palma e suas edificações, assim como também o distrito de Varpa, foram e ainda são espaços de vivências marcantes, criadores do que Halbwachs nomeou “retórica holística”, ou seja, locais capazes de referenciar grandes narrativas comuns, que proporcionam a consolidação da identidade coletiva de um grupo de pessoas (Matheus, 2011, p. 304).

Jöel Candau (2011, p. 131) ao se deter na questão do patrimônio, o trata como “menos conteúdo que prática da memória”, assim, histórias do passado, se juntam às do presente, e a identidade é afirmada ou se enfraquece. Dessa forma, tornar a usar um bem abandonado é importante para que sua história permaneça e congregue outras vivências, fazendo surgir novas memórias. Tudo leva à sua revalorização. Silva (2000, p. 219) resume bem:

[...], o elemento determinante que define o conceito de patrimônio é sua capacidade de representar simbolicamente uma identidade. E sendo os símbolos um veículo privilegiado de transmissão cultural, os seres humanos mantêm através destes, estreitos vínculos com o passado.

Palma revitalizada reencontra, desta forma, um caminho para seguir existindo, através da família Augstroze e de colaboradores (Augstroze Jr., 2008), bem como dos seus visitantes, que passam a recontá-la e a revivê-la em suas experiências pessoais. O turismo, por si só, não mantém o local, mas, como os pioneiros ensinaram, a variedade de atividades torna a empresa agrícola menos vulnerável às crises. A dedicação dos Augstroze tem tido resultados, sendo uma experiência que merece ser divulgada para

v

que outras comunidades também sejam motivadas a lutar contra o esquecimento e, a partir disso, perpetuar sua história, que nesse caso, é um capítulo único dentro da história da imigração do estado de São Paulo, seja por suas motivações, seja por seus agentes.

5 REFERÊNCIAS

A cooperativa dos letões de Varpa. Aldeamento de imigrantes em cooperativa modelo. Suplemento Comercial e Industrial. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, p. 10-11, 29 jul 1949. Disponível em:

<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19490729-22761-nac-0035-sci-11-not>. Acesso em: 09 jun 2020.

AUGSTROZE Jr., João. [Entrevista cedida a] Vladimir Benincasa e Mateus Rosada, 11 abr. 2008.

AUGSTROZE, Hilda Anastasjia Viks. [Entrevista cedida a] Vladimir Benincasa e Mateus Rosada, 12 abr. 2008.

BENINCASA, Vladimir; BORTOLUCCI, Maria Angela P. C. S.; ROSADA, Mateus. Fazenda Palma: uma comunidade leta no Oeste Paulista. In: Arquimemória 3 – III Encontro Nacional de Arquitetos sobre Preservação do Patrimônio Edificado, 2008, Salvador (BA), **Arquimemória 3 – Anais do III Encontro Nacional de Arquitetos sobre Preservação do Patrimônio Edificado, Salvador**: IAB-Departamento da Bahia, 2008, CD-ROM, p. 1-15.

CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2011.

Colônia Varpa. 4º Caderno – Interior. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, p. 77, 05 fev 1956. Disponível em:

<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19560205-24773-nac-0077-999-77-not>. Acesso em: 06 jun 2020.

MATHEUS, Maria Letícia. Memória e identidade segundo Candau. **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 22, p. 302-306, dez. 2011. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/galaxia/article/viewFile/6737/6073>. Acesso em 26 jun 2019.

MULATINHO, Helder Victor. **Palma**: a construção de uma utopia, 1924-1970. 1982. Tese (doutorado em Ciências Humanas) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982.

RONIS, Osvaldo. **Uma epopeia de fé**: a história dos batistas letos no Brasil. Rio de Janeiro: Casa Publicadora Batista, 1974.

SILVA, Elsa Peralta da. Patrimônio e identidade: os desafios do turismo cultural. **Revista Antropológicas**. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. Universidade Técnica de Lisboa. N. 4, 2000.

SILVA, Henrique Manoel da. **Os imigrantes da Letônia no Oeste Paulista**. Adaptação pioneira e construção de uma comunidade histórica e imaginária em terras brasileiras 1922-1940. Maringá: EDUEM, 2002.

TUPES, Milia. **Depois do crepúsculo... um novo alvorecer**. Estudo sócio-religioso da colonização leta de Varpa e comunidade Palma, SP. Tupã: Multigráfica, 2007.

Um núcleo socialista no estado de São Paulo. A colônia lethoniana Varpa, no município de Assis. **Folha da Noite**, São Paulo, SP, no. 3327, p. 1-2, 18 nov 1931. Disponível em:

<https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=41019&anchor=4671007&origem=busca>. Acesso em: 06 jun 2020.

VASSILIEFF, Irina. Resenha de: Uma epopeia de fé. **Revista de História**. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, vol. 52, no. 104, 1975. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.1975.133238>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/133238/0>. Acesso em: 26 jun 2020.